

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Claudia Maris Coelho Pezzi¹

Lúcia Ceccato Lima²

Resumo: Os indicadores de sustentabilidade socioambiental deveriam estar na pauta de discussão da educação básica. A implantação desses indicadores na escola promove uma educação que inclui a justiça social e a conservação ambiental, para formar cidadãos preocupados com o futuro comum. Sendo assim, objetiva-se analisar a percepção dos gestores em relação ao que está registrado nos documentos das unidades escolares, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Plano de Gestão escolar (PGE), no que tange às dimensões e ao uso de indicadores voltados à sustentabilidade socioambiental. Para tanto, utiliza-se uma pesquisa qualitativa e descritiva, desenvolvida a partir de questionário on-line enviado aos gestores e de análise documental. Destaca-se que os gestores possuem conhecimento e conscientização perante essa questão, porém, isso não se reflete nos documentos analisados. A educação pública precisa avançar no que se refere às práticas pedagógicas socioambientais, que são trabalhadas de forma fragmentada e seguindo roteiros que não atendem a essa demanda.

Palavras-chave: Indicadores; Sustentabilidade Socioambiental; Gestão Escolar, PPP e PGE.

Abstract: The sustainability and socio-environmental indicators should be at stake in discussions of basic education. The implementation of this indicators in schools promotes a form of education that includes social justice and ambient conservation, aiming to form citizens preoccupied with the commun future. The objective is to analyze managers' perception about what is registered in school's units documents, like the Pedagogical Politic Project (PPP) and the Scholar Management Plan (PGE) about what ranges the dimension and indicators turned to socio-environmental sustainability. It is a qualitative and descriptive research, developed from an online questionnaire sent to the managers and a documentary analysis. The managers that stand out have knowledge and awareness towards this question, although it does not reflect in the analyzed documents. The public education need to move forward regarding the pedagogical socio-environmental practices, worked in a fragmented way and following guides that do not meet the demand.

Keywords: Indicators; Socio-environmental Sustainability; Scholar Management; PPP and PGE.

¹Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). E-mail: claudiapezzi9@gmail.com,

²Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). E-mail: rof.lucia@uniplacages.edu.br.

Introdução

Este estudo é um recorte de uma dissertação de mestrado. Parte-se do princípio de que um ambiente saudável é fundante para a saúde pública, a suficiência dos ecossistemas e a sustentabilidade das sociedades. Nessa direção, nas últimas décadas, temos testemunhado o aparecimento de inúmeros movimentos em prol do meio ambiente.

Em diversos países, programas e estratégias vêm sendo desenvolvidos com a intenção de diminuir a degradação ambiental ou de encontrar novas alternativas para processos de produção e consumo menos impactantes. Nesse viés, vem-se desenvolvendo a implementação e acompanhamento de ações para o desenvolvimento sustentável. Isso é resultante das discussões em âmbito social e governamental, a partir do momento em que se reconheceu a necessidade de implementação de uma forma de desenvolvimento que inclui não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a justiça social e a conservação ambiental.

Dentro desse contexto, quando as discussões vêm para uma esfera de legislação e Educação Ambiental, a implementação fica em segundo plano, pois há poucos dados para auxiliar na compreensão e abordar essa temática. Diante disso, os Indicadores de Governança Ambiental para a América Latina e Caribe representam o primeiro passo para enfrentar esse desafio, sendo que se propõem a medir como a governança ambiental funciona na prática. Esses indicadores são uma ferramenta de avaliação qualitativa para dez países: “Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Jamaica, Peru, República Dominicana e Uruguai” (BID et al. 2020, p.1).

Ademais, uma característica de todos os países na atualidade é a necessidade constante de indicadores aplicados nos mais diferentes setores econômicos e sociais, que respondam à demanda por transparência.

Sendo assim, o conhecimento histórico dessas discussões de instituições governamentais é fundamental para compreendermos as políticas e as práticas da Educação Ambiental no nosso país. No Brasil, a Educação Ambiental (EA) tem uma política pública específica desde 27 de abril de 1999, a partir da Lei n.º 9.795. O Art. 1º da referida lei aponta:

[...] entende por EA os processos em que o indivíduo e a sociedade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, Art. 1º).

A Lei n.º 9.795/99 acolheu muitas ideias apontadas nas diversas conferências internacionais, o que conferiu à EA um caráter socioambiental decorrente das propostas de desenvolvimento sustentável nas escolas. Assim,

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 4: 307-320, 2023.

tornar efetiva a EA em todos os níveis e modalidades de ensino é muito importante não só para atender a atual legislação, mas devido à necessidade de soluções adequadas aos graves problemas que afetam o planeta.

A escola, atualmente, recebe exigências da sociedade em todos os âmbitos, sendo um desafio constante para os profissionais da educação, compreender e aplicar os princípios da sustentabilidade, inclusive na gestão escolar. Em aproximação a isso, Brito, Cunha e Síveres (2018, p. 396) afirmam que *“as questões socioambientais internalizadas e vividas a partir dos ambientes educacionais são de importância crucial para a qualidade de vida das gerações atuais e, mais ainda, das gerações futuras”*.

Nesse contexto, é necessário o monitoramento dos indicadores socioambientais para a comunidade escolar, especialmente para os gestores de escolas públicas, pois o acompanhamento representará um avanço qualitativo para a escola e para todos os atores envolvidos nela. Esse avanço se dará se a percepção dos gestores sobre a sustentabilidade socioambiental estiver fundamentada nos documentos norteadores da escola, ou seja, o Plano Gestor Escolar (PGE), que traduz o compromisso do gestor com a comunidade escolar, e o Projeto Político-Pedagógico (PPP), que reflete a proposta pedagógica da escola, devendo ser construído por toda a comunidade escolar, em consonância com a legislação educacional. Desse modo,

[...] há fortes indícios de que as ações educacionais carecem de um processo de planejamento competente e apropriado para produzir planos ou projetos com capacidade clara de orientar todos e cada momento das ações necessárias (LUCK, 2006, p. 33).

Nessa perspectiva, a autora apresenta a importância do planejamento e a necessidade da orientação das ações ambientais na escola. Para identificar esses indícios revelados pela autora foram elaboradas questões para os gestores, baseando-se nas dimensões de sustentabilidade socioambientais e nos indicadores propostos no estudo. A partir dessas referências, foram elaborados critérios de análise do PGE e PPP e, em seguida, foram realizadas as análises dos dados coletados.

Dessa maneira, objetiva-se, no presente estudo, analisar a percepção dos gestores em relação ao que está registrado nos documentos escolares, como o PPP e o PGE, no que tange às dimensões e ao uso de indicadores voltados à sustentabilidade socioambiental. A partir desse objetivo o presente artigo busca mostrar os resultados de uma análise comparativa realizada entre as respostas dos gestores e o que está registrado no PPP e no PGE. Assim, a implantação de indicadores socioambientais dará subsídios para o planejamento de estratégias que organizem a escola, de modo a contemplar as dimensões e indicadores de sustentabilidade socioambiental.

Referencial teórico

Indicadores de sustentabilidade socioambiental escolar

Os indicadores são definidos como sinais que revelam aspectos de determinada realidade, sendo que podem qualificar algo e suas variações possibilitam constatar mudanças (BRASIL, 2007).

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (2021), os indicadores educacionais do Censo Escolar são capazes de agregar valor analítico e avaliativo às estatísticas, pois permitem conhecer não apenas o desempenho dos alunos, mas também o contexto socioeconômico e as condições de como se dá o processo ensino-aprendizagem a partir do qual os resultados foram obtidos.

A implementação e o acompanhamento de ações para o desenvolvimento sustentável tiveram como ponto de partida o Seminário Indicadores de Desarrollo Sostenible em America Latina y el Caribe, realizado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL).

A CEPAL reunida em Santiago, no Chile, teve como resultado das discussões em âmbito social e governamental a formulação de indicadores de acompanhamento do progresso dos países na direção do desenvolvimento sustentável. Isso atende ao projeto regional intitulado “Avaliação da Sustentabilidade na América Latina e Caribe” (Evaluación de la Sostenibilidad en América Latina y Caribe – ESALC). Esses indicadores são uma ferramenta de avaliação qualitativa para dez países. Trata-se de “uma avaliação da governança ambiental na prática, atendendo os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Jamaica, Peru, República Dominicana e Uruguai” (BID *et al.* (2020, p.1).

Além disso, destaca-se a relevância crescente da temática do desenvolvimento sustentável e seus instrumentos de monitoramento e avaliação, além da disposição do governo brasileiro em dar continuidade ao desenvolvimento de seu conjunto de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS). De tal modo, no contexto educacional, devido à abrangência e importância na formação da população, é fundamental utilizar indicadores de sustentabilidade socioambiental para criar e desenvolver a cultura do desenvolvimento sustentável, tendo em vista o pleno desenvolvimento do planeta em harmonia com seus habitantes.

A importância da elaboração de indicadores para a Educação Ambiental deve-se ao fato de que antes de pensar em ação de Educação Ambiental faz-se necessária a realização de um diagnóstico na escola na busca por “[...] *ampliar a percepção e sensibilidade da comunidade para com a realidade ambiental na qual está inserida* [...]” (MAMEDE; FRAISSAT, 2001, p. 504). Esse diagnóstico contribuirá para o atendimento de políticas socioambientais como: incentivar à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis e contribuir para a formação de escolas sustentáveis (BRASIL, 2012); bem como auxiliar os Comitês Escolares de

Educação Ambiental responsáveis pela “*realização de diagnóstico preliminar das situações socioambientais que afetam a instituição, subsidiando o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos resultados [...]*” (ESTADO DO PARANÁ, 2013, p.195-196).

Os indicadores servirão como instrumentos de apoio, orientação e como forma de elencar práticas de sustentabilidade socioambientais presentes nas três unidades escolares no que se refere à percepção dos gestores e às ações descritas no PPP e PGE das escolas campo. Atitudes simples como a reciclagem, a separação do lixo, o consumo consciente de água e energia e a criação de espaços educativos podem trazer para a escola um índice de sustentabilidade socioambiental como ferramenta de apoio à gestão e à prática pedagógica. Além disso,

Existe um desafio essencial a ser enfrentado, e este está centrado na possibilidade de que os sistemas de informações e as instituições sociais se tornem facilitadores de um processo que reforce os argumentos para a construção de uma sociedade sustentável. Para tanto é preciso que se criem todas as condições para facilitar o processo, suprimindo dados, desenvolvendo e disseminando indicadores e tornando transparentes os procedimentos por meio de práticas centradas na Educação Ambiental que garantam os meios de criar estilos de vida e promovam uma consciência ética que questione o atual modelo de desenvolvimento, marcado pelo caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais (JACOBI, 2003, p. 37).

Nesse sentido, Jacobi (2003) traz uma reflexão sobre o desafio da construção de uma sociedade sustentável e propõe o uso de indicadores para a Educação Ambiental.

Dessa maneira, fundamentando-se nos estudos discutidos em âmbito nacional e internacional sobre dimensões de sustentabilidade socioambiental e seus indicadores, bem como levando-se em consideração os aspectos da gestão empresarial, a presente pesquisa propõe, de acordo com Quadro 1, a matriz de dimensões socioambientais escolares e indicadores para a análise dos questionários, do PPP e do PGE.

Quadro 1: Dimensões socioambientais escolares e indicadores.

DIMENSÕES SOCIOAMBIENTAIS ESCOLAR	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ESCOLAR
Gestão	Planejamento educacional Estrutura Administrativa
Social	Ambiente educativo escolar
Currículo	Estruturação do currículo Práticas pedagógicas socioambientais
Ambiental	Espaço escolar Ecoeficiência
Economia	Gestão de recursos humanos e econômicos

Fonte: Autoria própria (2022).

Gestão Educacional Socioambiental, PPP e PGE

Em discussões sobre gestão educacional, faz-se referência à gestão em âmbito macro por meio dos órgãos superiores do sistema de ensino, e em âmbito micro, a partir das escolas. Vale dizer que, do ponto de vista paradigmático, a concepção de gestão educacional permeia todos os segmentos do sistema. À medida que sistemas de ensino continuam organizando seu trabalho ordenado e orientado a partir do enfoque meramente administrativo, será muito difícil que a escola, por iniciativa própria e na contramão das iniciativas orientadoras do sistema, venha a dar um salto de qualidade em seu processo de gestão (LÜCK, 2006).

A partir da importância da participação consciente e democrática nas decisões do âmbito escolar, o termo gestão surge como uma mudança de paradigma nessa área. Segundo Lück (1997), o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos, os quais devem constar no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Para Libâneo (2004, p. 32) “o PPP é um documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar”. Logo, o PPP deve ser elaborado e estar disponível a toda comunidade escolar, sendo revisitado e atualizado anualmente, pois é o documento norteador do processo educacional (LIBÂNEO, 2004). Ademais, por ser um documento norteador do processo educacional, o PPP deve corroborar o Plano de Gestão Escolar (PGE).

Sob esse viés, desde 2013, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) fortalece a gestão democrática e os processos de participação da comunidade escolar e das instâncias colegiadas, instituindo a possibilidade da escolha do gestor por meio da análise de propostas do (PGE), de acordo com o Decreto n.º 194, de 31 de julho de 2019, apresentadas por profissionais da educação interessados em ocupar a função de diretor de unidade escolar.

O PGE explicita metas, objetivos e ações que evidenciam o compromisso com o acesso, a permanência, a inclusão e o percurso formativo com êxito na aprendizagem, na perspectiva da formação integral do estudante da Educação Básica e Profissional. Além de representar o compromisso da gestão com a comunidade escolar e com a SED/SC, por meio do PGE o gestor assume o compromisso com a comunidade escolar de cumprir com as suas atribuições e zelar pela comunidade escolar de acordo com as metas de seu PGE e em consonância com o PPP escolar.

Portanto, ressalta-se a afirmação de Macedo (2013) de que as escolas e a sociedade ocupam papéis importantes na construção do compromisso e do comportamento ético. Morin (2021) também apresenta a necessidade do ensino voltado à moral, que oportuniza o conhecimento, além do saber intelectual, incluindo as vivências de empatia e generosidade. A compreensão ética pressupõe a tolerância e a capacidade de aprender com o outro, investigando o grau de verdade naquilo que antagoniza a nossa visão de mundo.

Nessa direção, para promover uma gestão educacional é necessária a implementação dos princípios da gestão democrática e participativa, é imprescindível o compartilhamento de responsabilidades no processo de tomada de decisões entre os diversos segmentos escolares. Isso deve ocorrer de modo a incentivar a busca de soluções para os problemas de maneira mais adequada às necessidades da escola, seguindo os princípios de autonomia e participação de todos os segmentos escolares.

Ainda sobre isso, Luck (1997) aponta que a nova ótica do trabalho de direção escolar lembra a necessidade e a importância de que as decisões a respeito do processo de ensino sejam efetivadas na própria instituição, envolvendo quem vai realizar essa prática e seus usuários. Nesse contexto, torna-se fundamental que se construa uma consciência entre os processos de gestão de sistemas de ensino e o que se espera que ocorra no âmbito da escola, mediante uma gestão única e consistente.

Metodologia

A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa foi de caráter qualitativo e descritivo. A coleta de dados ocorreu a partir da pesquisa documental junto aos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e Planos Gestores Escolares (PGE), bem como por meio de questionários semiestruturados aplicados de modo on-line a três gestores das escolas estaduais de educação básica selecionadas para o estudo. Para o desenvolvimento do estudo, foram apresentados a natureza e os procedimentos de coleta e análise dos dados obtidos.

Mais especificamente, a pesquisa foi realizada em três escolas da rede estadual de ensino que se enquadram nos critérios de maior número de alunos. Com o intuito de manter o compromisso com os aspectos éticos, as escolas da rede estadual foram identificadas como escola A, B e C, enquanto os gestores das escolas foram denominados GA, GB e GC, respectivamente.

Para responder ao questionário, os gestores tiveram duas alternativas de resposta para cada pergunta relacionada aos indicadores e às dimensões: sim (S) e não (N). Já para a análise do PPP e do PGE foram seguidos os critérios de acordo com os indicadores e dimensões de sustentabilidade socioambiental, verificando se há indícios (HA) ou não há indícios (NHI) desses critérios.

Resultados e Discussão

As dimensões e os indicadores de sustentabilidade socioambientais podem contribuir com a relação participativa e assertiva nas decisões tomadas nas unidades escolares, sendo uma ferramenta para a gestão na perspectiva da qualidade educacional. A seguir, apresentaremos os gráficos com as sínteses e a análise da coleta de dados em cada dimensão.

Dimensão Gestão

A dimensão Gestão diz respeito ao compartilhamento do planejamento e das decisões referentes ao destino e à rotina da escola, buscando potencializar o contato entre a comunidade escolar e o seu entorno, de modo a respeitar os direitos humanos e valorizar a diversidade cultural, étnico-racial e de gênero existentes. Na Figura 1, tem-se o comparativo da dimensão Gestão no que se refere à coleta de dados das perguntas e dos documentos escolares.

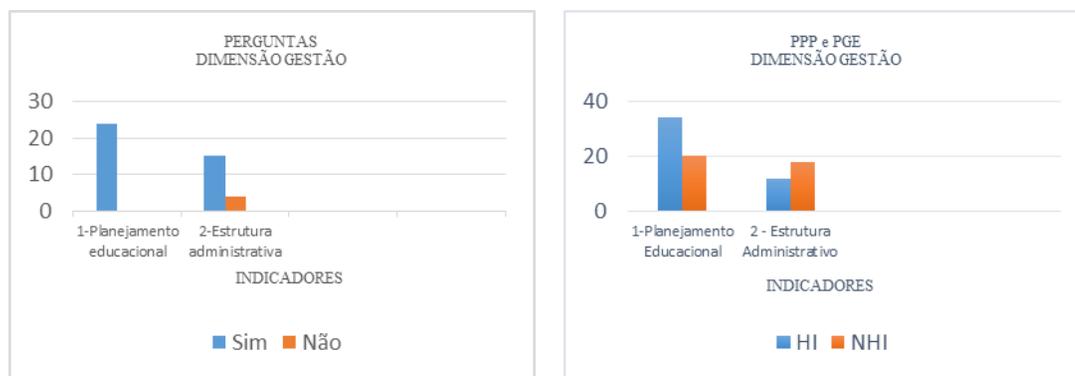


Figura 1: Comparativo da dimensão Gestão perguntas/critérios PPP, PGE.
Fonte: Autoria própria (2022).

Nessa dimensão, identifica-se que os gestores entendem a importância do planejamento escolar e da autonomia da estrutura administrativa, porém, nem todas essas ações citadas estão descritas nos documentos do PPP e do PGE, principalmente no que se refere à organização e à autonomia da estrutura administrativa que prioriza a transparência de processos e atos, bem como propicia espaços democráticos e oportuniza a relação entre a escola e a comunidade.

Dimensão Social

A maioria de nossas escolas reproduz a sociedade em que vivemos, serve apenas uma parte da comunidade. Os conflitos sociais, econômicos, éticos, morais e religiosos, por vezes, se replicam na escola. Assim sendo, nessa dimensão, foi observado o indicador relacionado ao ambiente educativo, ou seja, à atuação das diversas instâncias colegiadas nas ações escolares, tais

como a Associação de Pais Mestres e Professores (APP), o Grêmio Estudantil, o Conselho Deliberativo Escolar e o Comitê Escolar de Educação Ambiental.

Os conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e no Plano Gestor Escolar das instituições de ensino e em seu cotidiano precisam apresentar uma abordagem que seja contextualizada à realidade local e que estabeleça nexos e vínculos com a sociedade global. Dessa forma, na Figura 2, pode-se observar o comparativo da dimensão social em relação às perguntas feitas aos gestores e aos critérios observados no PPP e PGE.

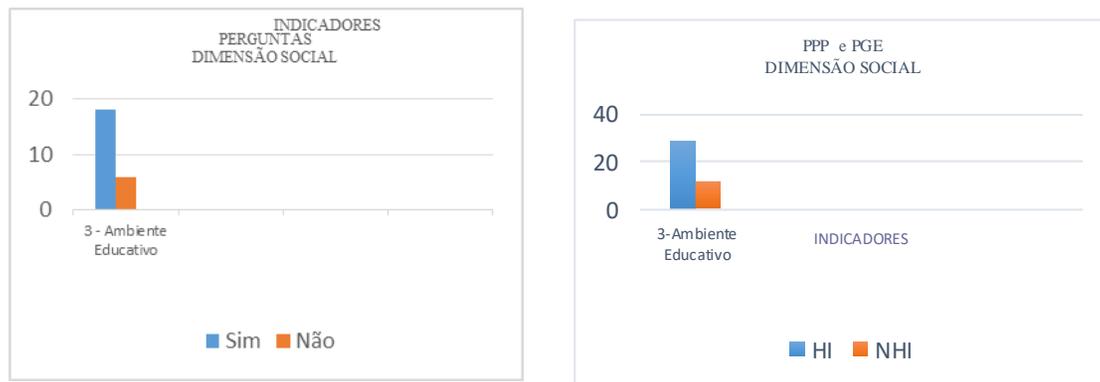


Figura 2: Comparativo da dimensão social, perguntas/critérios PPP, PGE.

Fonte: Autoria própria (2022).

Na dimensão social, observa-se que os gestores das três escolas-campo reconhecem e validam a participação dos órgãos de colegiado, pois há indícios sobre a atuação da Associação de Pais Mestres e Professores (APP), do Grêmio Estudantil e do Conselho Deliberativo Escolar. No entanto, os gestores não citaram e não foram encontrados indícios nos documentos sobre a atuação do Comitê Escolar de Educação Ambiental, o que pode comprometer a efetividade do desenvolvimento da escola com programas e projetos referentes ao meio ambiente.

Dimensão Curricular

A inclusão de conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no Projeto Político-Pedagógico e no Plano de Gestão das instituições de ensino e em seu cotidiano deve ocorrer a partir de uma abordagem que seja contextualizada à realidade local e que estabeleça vínculos com a sociedade global. Sendo assim, essa dimensão refere-se à estrutura do currículo e às práticas pedagógicas, conforme apresenta a Figura 3.

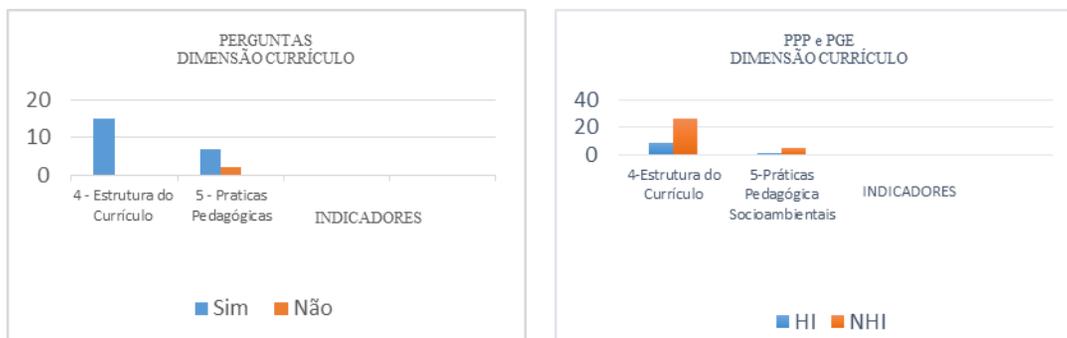


Figura 3: Comparativo da dimensão social, perguntas/critérios PPP, PGE.
Fonte: Autoria própria (2022).

Nessa dimensão, há uma discrepância na comparação das respostas dos gestores em relação aos documentos analisados. Os gestores sinalizam que incluem a Educação Ambiental em suas práticas pedagógicas de forma inter e transdisciplinar, porém, não há registros no PPP ou no PGE sobre essas práticas. Tal inconsistência pode ocorrer pela falta da adesão aos programas que envolvem a Educação Ambiental, por esquecimento de registrar as ações ou porque elas ocorrem de forma pontual, não sendo uma prática efetiva na escola.

Dimensão Ambiental

Essa dimensão refere-se à suficiência dos recursos ambientais no âmbito escolar, relacionando-se à preservação do potencial do capital natural na produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis. Além disso, diz respeito ao cuidado, à preservação e à utilização do ambiente escolar e de seu entorno como espaço educativo para o desenvolvimento de práticas e ações socioambientais. Nesse sentido, na Figura 4, há o comparativo da dimensão ambiental em relação às perguntas e aos critérios do PPP e do PGE.

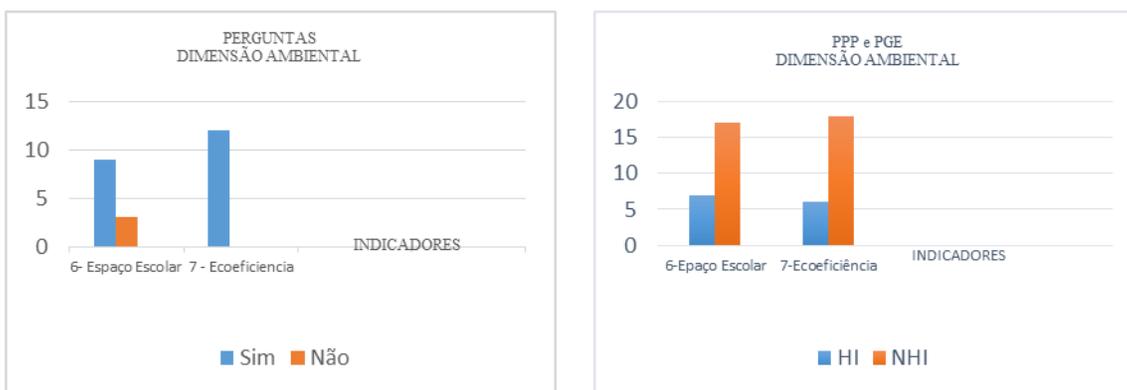


Figura 4: Comparativo da dimensão ambiental, perguntas/critérios PPP, PGE.
Fonte: Autoria própria (2022).

Ao analisar os dados dessa dimensão, pode-se observar também uma grande divergência entre as respostas dos gestores e os dados dos documentos analisados. Nos indicadores que se referem ao espaço escolar e a ecoeficiência, os gestores citaram que desenvolvem programas e projetos referentes à Educação Ambiental, que possuem ações de coleta seletiva de lixo, bem como projetos para mitigar o desperdício de energia elétrica e de água. Entretanto, novamente, não há alguns registros no PPP e nenhum no PGE. Essa divergência prejudica o entendimento e o desenvolvimento da cultura sustentável para a comunidade escolar.

Dimensão Econômica

Por sua vez, a dimensão econômica aborda a suficiência dos recursos financeiros destinados à manutenção da escola. Nessa dimensão, evidencia-se a gestão de orçamentos recebidos do governo, dos recursos da APP e dos investimentos feitos na escola, com transparência e concordância da comunidade escolar. Ao gestor, cabe a articulação do trabalho entre os setores administrativo e pedagógico, o controle do número de pessoal e a disponibilidade de material para a realização das atividades planejadas. Diante disso, na Figura 5, há o comparativo da dimensão financeira em relação às perguntas e aos critérios do PPP e do PGE.



Figura 5: Comparativo dimensão econômica, perguntas / critérios PPP, PGE.

Fonte: Autoria própria (2022).

No que se refere à dimensão econômica, os gestores responderam que há um plano de ação para a utilização de recursos destinados à escola, que não recebem recursos específicos para o desenvolvimento de ações ambientais e, ainda, que não há um número suficiente de professores e profissionais para atender as demandas da escola. Esses mesmos dados são observados nos registros dos documentos do PPP e do PGE. Todavia, nos PGEs não há indícios de cronogramas de prestação de contas, enquanto nos PPPs esses indícios aparecem. Nessa dimensão, percebe-se uma fragilidade em relação à quantidade de colaboradores e à demanda escolar, algo que pode comprometer a qualidade da educação ofertada por essas escolas.

Conclusões

Por meio deste estudo, evidencia-se que a disseminação de ideias sobre gestão socioambiental, dimensões, indicadores de educação socioambientais e o fomento de projetos inseridos nessa temática caminham ao encontro do desenvolvimento da cultura socioambiental na comunidade escolar. Sendo assim, os professores, enquanto formadores de opinião e transformadores de valores, têm um papel de extrema importância na sociedade em que se inserem.

Nesse contexto, foi constatado, por meio da comparação das respostas dos gestores ao questionário, que eles têm conhecimento e desenvolvem muitas ações referentes às dimensões de sustentabilidade socioambiental, fazendo uso dos indicadores, mesmo que intuitivamente. Contudo, isso não se reflete nos registros do PPP e do PGE.

Além disso, as percepções dos gestores referentes às questões de sustentabilidade socioambiental e os documentos norteadores da escola, na sua maioria, não dialogam entre si. Essa é, portanto, uma grande oportunidade de melhoria para a gestão escolar no que diz respeito à qualidade educacional, visto que o PPP e o PGE legitimam as ações dos gestores e da comunidade escolar em todas as esferas.

Diante disso, conclui-se que educação pública precisa avançar muito no que se refere às práticas pedagógicas socioambientais, as quais ainda são trabalhadas nas escolas de forma fragmentada e pontual. Desse modo, ressalta-se ser necessária uma orientação mais precisa sobre a gestão socioambiental no PPP e no PGE enquanto documentos que regulamentam as escolas públicas. Isso deve ocorrer por meio da inserção nesses documentos das dimensões e indicadores socioambientais que conduzam ao planejamento de projetos e práticas referentes ao tema de modo mais eficiente e eficaz, oportunizando mudanças paradigmáticas que desenvolverão uma cultura socioambiental na qual a organização e a assertividade nos processos se fará presente. Afinal, ao implantar e implementar a adoção dos indicadores de sustentabilidade socioambientais, é possível promover a economia de recursos, a redução dos impactos sobre o meio ambiente e a melhor qualidade de vida.

Referências

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID; PINHEIRO, M.V.; SÁNCHEZ, L.R.; LONG, S.C.; PONCE, A. Banco Interamericano de desenvolvimento, Maria Vizeu, Laura Rojas. **Indicadores de Governança Ambiental para a América Latina e Caribe**. Tradução Hilda Lemos. 2020. Disponível em: <<https://publications.iadb.org>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.º 9.394** de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>>. Acesso: 24 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre Educação Ambiental e Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. 1999. In: MADAUAR, Odete. (Org.). **Constituição Federal**, coetânea de legislação e direito ambiental. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da qualidade na educação: ação educativa**. 3. ed. ampliada. UNICEF, PNUD, INEP, SEB/MEC (Coord.): São Paulo: Ação Educativa, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n.º 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, 15 de junho de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL Ministério da Educação. **Indicadores de educação**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRITO, R.O.; CUNHA, C.; SIVERES, L. Gestão participativa e sustentabilidade socioambiental: um estudo em escolas da rede pública de Sobral-CE. **Ciência & Educação** (Bauru), [s.l.], v. 24, n. 2, p. 395-410, abr., 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1516-731320180020009>>. Acesso em: 25 set. 2022.

ESTADO DO PARANÁ. Leis Estaduais. **Lei n.º 17.505**, de 11 de janeiro de 2013. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental. Diário Oficial do estado do Paraná, n.º 8875, Curitiba, PR, 11 jan., 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Legislação Estadual. **Decreto n.º 194**, de 31 de julho de 2019. Dispõe sobre a gestão escolar da educação básica e profissional da Rede Estadual de Ensino. Florianópolis, 31 de julho de 2019.

JACOBI, P. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia, 2004.

LÜCK, H. **A evolução da gestão educacional, a partir de mudança paradigmática**. 12. ed. Curitiba: Positivo, 1997.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. (Cadernos de Gestão, v. II). Petrópolis: Vozes, 2006.

MACEDO, C.V.P.; FREITAS, A.A.F.; GUERRA, D.S. Uma escala para mensuração da importância percebida pelos docentes sobre a abordagem socioambiental nos cursos de administração de empresas. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 1, fev. 2013.

MAMEDE, F; FRAISSAT, G. Construindo com arte o nosso meio ambiente. *In*: SANTOS, J.E.; SATO, M. (orgs.). **A Contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2001.

SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – SED/SC. **Orientações para elaboração do plano de gestão da escola**. Disponível em: <<https://www.sed.sc.gov.br/legislacoes-estadual-e-federal/plano-de-gestao-escolar-409/processo-2019/8039-portaria-n-1434-publicado-doe-08-08-19/file>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – SED/SC. Secretaria do estado de educação de Santa Catarina. **Educação Ambiental**: políticas e práticas pedagógicas. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – SED/SC. Secretaria do estado de educação de Santa Catarina. **Decreto n.º 194, de 31 de julho de 2019**. Dispõe sobre a gestão escolar da educação básica e profissional da Rede Estadual de Ensino de SC. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-194-2019-santa-catarina-dispoe-sobre-a-gestao-escolar-da-educacao-basica-e-profissional-da-rede-estadual-de-ensino>>. Acesso em: 25 set. 2022.